

*Ata da 5ª Sessão Extraordinária da Assembleia
Legislativa do Estado da Bahia,
em 05 de abril de 2011.*

Presidência do Senhor Deputado Álvaro Gomes (3º Secretário). À hora marcada, através da lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes Srs. Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Souza, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo Filho, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neuza Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sildevan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo (62). Havendo número regimental, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão com o objetivo de apreciar os seguintes Projetos de Lei: nº 18.637/2010, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos da Lei nº 11.613, de 06 de novembro de 2009” e nº 18.910/2010, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências”. Não houve expediente a ser anunciado, não houve oradores inscritos no Pequeno Expediente. GRANDE EXPEDIENTE – Horário do PSL/PRB/PTdoB – O Deputado Carlos Geilson protestou contra os aumentos abusivos da Embasa, de 13,82%, e da Coelba, de 11,96%, considerando inadequado para a economia do país. Comentou sobre o Programa Bolsa-Família, uma maneira de muitas famílias sobreviverem, e externou indignação com o fato do Governo Lula ter doado R\$ 61 milhões para 27 países, montante maior que os valores repassados para os estados nos últimos dois anos, e que poderia ter sido utilizado para reduzir o caos nas áreas básicas. Por fim, questionou o fato de o Governo Federal ter dinheiro para doar ao exterior e não possuir recursos para investir no Brasil. Horário do PMDB – O Deputado Luciano Simões abordou a mediocridade deste Governo, reportando-se ao aumento absurdo praticado pela Embasa contra a população baiana, bem como a falta de atenção para

com as universidades estaduais. Afirmou que o Programa Água para Todos não é inovação do Governo Wagner, como afirmam os deputados da Base aliada, lembrando que esse mesmo programa tinha o nome de Sertão Forte, no Governo César Borges, passando a ser Cabra Forte no Governo Paulo Souto. Ressaltou que o atual Governo não construiu nenhuma barragem nos últimos cinco anos, mencionando que as barragens construídas nesse período, utilizaram recursos do Governo Federal. Finalizou condenando as propagandas enganosas praticadas pelo Governo do Estado, cobrando do Ministério Público, a realização de uma auditoria nessas informações falsas que são levadas ao conhecimento da população.

Horário do PTN/PSC – O Deputado Targino Machado saudou os alunos do Colégio Estadual Rafael Oliveira, presentes na Galeria Paulo Jackson, e em seguida criticou os gastos excessivos com propagandas enganosas praticadas pelo Governo do Estado. Teceu comentários sobre o Programa Cegonha anunciado pelo Governo Federal, e considerou que o Governo do Estado age de forma cruel com os repasses efetuados para os municípios, destinados ao Programa Saúde da Família. Encerrou procedendo à leitura da matéria veiculada no jornal *Tribuna da Bahia*, acerca da disputa do PT para a prefeitura do Município de Feira de Santana. O orador concedeu aparte ao Deputado Luciano Simões. O Sr. Presidente saudou os alunos do Colégio Estadual Rafael Oliveira, presentes na Galeria Paulo Jackson, dentro do Programa Escola do Legislativo.

Horário do PR/PSDB – O Deputado Reinaldo Braga cobrou do Governo do Estado, a conclusão da recuperação da estrada que liga os Municípios Xique-Xique – Barra, bem como a recuperação da ponte do Povoado do Angico, danificada pela enchente do Rio São Francisco em 2007. Lembrou que o Ministério da Integração Nacional, à época do Ministro Geddel Vieira Lima, liberou recursos para a construção e recuperação de pontes, entre elas a do Povoado do Angico, que continua danificada. O Deputado Leur Lomanto Júnior comentou sobre as obras que se encontram paralisadas em vários municípios, e mencionou um ofício encaminhado pelos vereadores da Câmara Municipal de Seabra, cobrando o retorno das obras do Hospital Regional deste Município. Concluiu informando que encaminhou um ofício ao Secretário de Saúde, Dr. Jorge Solla, solicitando esclarecimentos sobre a paralisação da obra acima mencionada.

Horário do DEM/PRP – O Deputado Bruno Reis tratou sobre o aumento abusivo praticado pela Embasa, informando que a Base de Oposição vai entrar com uma representação na Justiça, e comentou que buscou amparo na Lei nº 11.445/2007 para averiguar a legalidade desse reajuste, considerando que não existem justificativas legais para tal. Ponderou que os números apresentados pelo Governo acerca do abastecimento de água no Estado, são equivocados, avaliando que o mesmo, ao longo de cinco anos, não promoveu nenhuma renovação no fornecimento de água, sendo enganosas as propagandas desse setor. Por fim, criticou o Governo por baixar um decreto concedendo

apenas ao Banco do Brasil, a realização de crédito consignado para os funcionários públicos, e lembrou que se encontra em tramitação na justiça baiana, dois mandatos de segurança para reverter essa situação: um promovido pela Associação dos Bancos e outro pela Federação dos Servidores Públicos. Foram levantadas as seguintes questões de ordem: o Deputado Carlos Geilson cobrou melhores acomodações para os profissionais de Imprensa nesta Casa; o Deputado Leur Lomanto Júnior citou o art. 69 do Regimento Interno, em virtude das comissões agendarem visitas nos horários das sessões plenárias, ao tempo em que solicitou providências por parte da Presidência da Casa, visando não prejudicar os trabalhos legislativos. O Sr. Presidente informou que irá enviar correspondência a todas as comissões, no sentido de evitarem esse tipo de evento. Em questão de ordem o Deputado José de Arimatéia comunicou que a semana passada, a Comissão de Saúde e Saneamento, teve um caso excepcional ao agendar uma visita ao Hospital Roberto Santos, contudo declarou que a partir desta data vai obedecer às normas da Casa. O Sr. Presidente lembrou que nesta Sessão serão apreciadas as seguintes matérias: PL nº 18.637/2010, PL nº 18.910/2010, PEC nº 122/2001, de autoria da Deputada Luiza Maia, que “Acrescenta parágrafo único ao artigo 68 da Constituição do Estado da Bahia”, tendo em vista que os líderes partidários assinaram a dispensa de formalidades, e o PL nº 19.028/2011, de autoria da Mesa Diretora, que “Modifica o art. 46 da Lei nº 8.971, de 05 de janeiro de 2004, na forma que indica”. ORDEM DO DIA – Em segunda discussão e votação, foram aprovados os seguintes Projetos de Lei: nº 18.637/2010, com os votos contrários dos Deputados Targino Machado, Leur Lomanto Júnior, Bruno Reis, Sandro Regis, Luciano Simões, Vando, Pedro Tavares, Elmar Nascimento e Paulo Azi, e nº 18.910/2010, com os votos contrários dos Deputados Luizinho Sobral, Targino Machado, Leur Lomanto Júnior, Bruno Reis, Sandro Regis, Elmar Nascimento, Pedro Tavares, Vando, Luciano Simões, Paulo Azi, Cel. Santana, Carlos Geilson. Em primeira discussão e votação a PEC nº 122/2011, foi determinado o arquivamento do projeto por ser considerado inconstitucional, com o seguinte resultado: no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, relatado pelo Deputado Paulo Azi: 05 votos favoráveis ao parecer do relator e 02 votos contrários ao parecer; e no Plenário: 46 votos favoráveis à inconstitucionalidade do projetos, 08 votos contrários à inconstitucionalidade e 02 abstenções, com os seguintes encaminhamentos: Bancada da Maioria, Bancada do PT e Bancada do PSB – Liberada; Bancada da Minoria, Bancada do PMDB, Bancada do PP, Bancada do PR/PSDB, Bancada do PSL/PRB/PTdoB, Bancada do PDT/PCdoB, Bancada do PSC/PTN, Bancada do PRP/DEM, Bancada do PCdoB, Bancada do PV – Pela inconstitucionalidade. Usaram da palavra para discutir a matéria os Deputados Luiza Maia, apartada pelos Deputados Paulo Rangel, Paulo Azi, Reinaldo Braga; Alan Sanches; Rosemberg Pinto. Em primeira discussão e

votação o PL nº 19.028/2011, o Sr. Presidente informou que a matéria vai ser apreciada amanhã. O projeto teve parecer conjunto pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, relatado pelo Deputado João Bonfim. Usaram da palavra para discutir a matéria os Srs. Deputados: Euclides Fernandes, aparteado pelo Deputado Elmar Nascimento; Targino Machado, aparteado pelos Deputados Euclides Fernandes e João Bonfim; Paulo Rangel; João Bonfim. Não havendo mais matéria constante da Ordem do Dia, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, na qual deixou de comparecer, a seguinte Sra. Deputada: Graça Pimenta (01).

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -